

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 140

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 04 DE NOVEMBRO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PFL

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo Deputado Valdir Rossoni
PFL..... Deputado Plauto Miró
PTB..... Deputado Valdir Rossoni
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi
PT Deputado Péricles H. de Mello
PDT Deputado Edgar Bueno
PL Deputado Horácio Rodrigues
PSN..... Deputado Emerson Nerone
PSDB.....

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Paulo Gorski - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 88ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
04 DE NOVEMBRO DE 1998
(quarta-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1743

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, Presidente da Comissão de Orçamento desta Casa de Leis, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a prorrogação da data de entrega das Emendas Orçamentárias para o exercício financeiro de 1999, ficando prorrogado do dia 09.11.98 para o dia 16.11.98.

Sala das Sessões, em 04.11.98.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 1744

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, voto de congratulações pela passagem do Dia do Técnico Agrícola, neste dia 5 de novembro de 1998.

Requer, ainda, seja oficiado ao Sindicato dos Técnicos Agrícolas no Estado do Paraná - SINTEA/PR, cujo órgão classista tem se preocupado em alertar a população para problemas como o uso indevido de agrotóxicos e alimentos transgênicos.

Sala das Sessões, em 04.11.98.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 1750

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, aprovação de votos de louvor ao Senhor Macaris do Livramento, pela conquista do título de campeão mundial da categoria Welter-66, KJ o 147 LB, na versão da Comissão Mundial de Box.

Sala das Sessões, em 04.11.98.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 1752

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos ao Senhor José Pigunoski, proprietário do Bar do Tio Juca, da Cidade de São Mateus do Sul, pelo excelente atendimento prestado à sua clientela amiga daquela cidade.

Sala das Sessões, em 04.11.98.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Senhor José Pigunoski, morador há vários anos na Cidade de São Mateus do Sul, vem juntamente com seus familiares desenvolvendo um excelente atendimento aos seus clientes e amigos, com esmero e dedicação, no Bar do Tio Juca, ponto tradicional de encontro daquela cidade.

REQUERIMENTO Nº 1753

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, voto de congratulações pela passagem do Dia do Agrônomo, comemorado neste último dia 12 de outubro.

Requer, ainda, seja oficiado à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, que tem primado pela defesa dos interesses do agrônomo e das causas da agricultura.

Sala das Sessões, em 04.11.98.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 1754

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Senhor Salem Chamma, Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, pela inauguração das obras de modernização da recepção e da secretaria do hospital.

O motivo das reformas, foram as condições precárias em que se encontravam, já que as obras mais novas do hospital eram de 1927. Nos últimos anos, a Santa Casa vem passando por uma série de reformas que visam melhorar o atendimento aos pacientes.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência ao Senhor Salem Chamma, Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04.11.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1755

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Colégio Estadual Meneleu de Almeida Torres, pela comemoração do 40º aniversário de fundação.

Ao longo dos últimos 40 anos, inúmeras crianças e jovens cursaram sua formação educacional neste respeitado estabelecimento de ensino, vindo mais tarde a contribuir para o desenvolvimento econômico, social e político do município.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Diretor do Colégio, Silvino Martelo, aos funcionários, professores e alunos.

Sala das Sessões, em 04.11.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1756

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, o uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Rotary Ponta Grossa Sabará, pela entrega de cinco casas do Programa "Bom Teto".

O Programa "Bom Teto" foi desenvolvido em parceria entre o Rotary e a Prefeitura. Alguns empresários também contribuíram com a confecção de esquadrias ou doação de materiais. As famílias que receberam as casas pagarão uma pequena parcela durante 96 meses.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência ao Presidente do Rotary Ponta Grossa Sabará, Senhor Francisco Carlos Jorge.

Sala das Sessões, em 04.11.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1746

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ingo Henrique Hubert, Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, solicitando informações a seguir discriminadas:

a) data dos pregões em que forma vendidas as ações da COPEL, de propriedade do Estado do Paraná, no ano de 1998;

b) a natureza jurídica das operações, ou seja, que tipo de operação realizou-se para que, eventualmente, seja possível a re aquisição dos títulos;

c) o valor unitário de venda das ações da COPEL, nas Bolsas de Valores de São Paulo e do Rio de Janeiro, nos vinte pregões realizados anteriores às vendas concretizadas pelo Estado do Paraná;

d) o tipo de ação vendida pelo Estado do Paraná, quantidades, percentual que representam na respectiva categoria e valor unitário de venda;

e) o(s) nome(s) da(s) corretora(s) que intermediou(aram) as operações e seu(s) respectivo(s) endereço(s), bem como o nome dos adquirentes das ações, e

f) o valor total alcançado em cada operação e a destinação dos recursos apurados.

Nestes termos, este Deputado conta com a aprovação do presente requerimento pelos Senhores Parlamentares.

Sala das Sessões, em 04.11.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1747

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Eduardo Rocha Virmond, Secretário de Estado da

Justiça e da Cidadania, solicitando os seguintes esclarecimentos:

1. cópia, de inteiro teor, do relatório elaborado pela Comissão Especial de Licitação encarregada de promover a permuta do Presídio do Ahú.

2. Cópia, de inteiro teor, ao convênio firmado entre o Estado, o Município de Curitiba e o INSS.

Sala das Sessões, em 04.11.98.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 1748

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Giovani Gionédís, solicitando os seguintes esclarecimentos:

1. No ano de 1992 qual foi o montante de verbas que o Município de Apucarana recebeu do tesouro do Estado?

2. Especificar se foi enviado por força de convênios, direto, etc.

2.1. Tais verbas foram repassadas para sua finalidade?

Sala das Sessões, em 04.11.98.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 1749

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando os seguintes esclarecimentos:

1. O Senhor Noabal Volpato é funcionário desta Secretaria?

1.1. Se sim, onde está lotado?

2. Cópia do livro ponto do referido funcionário no período de 1996 até o presente momento.

3. Existe alguma sindicância ou auditoria que o mesmo esteja respondendo?

3.1. Se sim, solicito cópia da mesma.

Sala das Sessões, em 04.11.98.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 1751

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Rubens Abrahão Tanure, Secretário de Segurança Pública, solicitando:

1. Em quais cidades foram instalados os tótems?

2. Em Curitiba especificar o endereço onde foram construídos.

3. Cópia do contrato assinado entre o Estado e a empresa construtora.

4. Explicação do mecanismo de funcionamento.

Sala das Sessões, em 04.11.98.

(a) DOUTOR ROSINHA

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 436

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Marilena, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, localizado no Município de Marilena, denominados como lotes de terra urbano nºs 14 e 15 da Quadra nº 46 da planta geral da Cidade de Marilena, com área total de 1.200,00m², onde existe uma construção de alvenaria com 163,64m², conforme consta do título de propriedade nº 3.615, do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina, datado de 02 de abril de 1981.

Art. 2º - O referido imóvel retornará ao Município de Marilena, na sua condição original, anterior a vigência da Lei nº 007/79.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.11.98.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Marilena doou ao Estado do Paraná o imóvel objeto do presente projeto, através da Lei Municipal nº 007/79, para o desenvolvimento das ações de saúde vigentes na época.

Atualmente, o município encontra-se aderido aos Programas de Municipalização dos serviços de Saúde, e que o referido imóvel encontra-se desativado.

Pretende a Prefeitura Municipal de Marilena, reformar e ampliar as instalações existentes, para prestar serviços adequados a sua população e para tanto, pleiteia recursos junto ao Governo Federal.

Ilustramos que a liberação destes recursos ficam vinculados a exigência de ser o imóvel de propriedade da Prefeitura Municipal, que arcará com o ônus de gerência e aplicação dos recursos em seus Programas de Saúde.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, pela aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti, Liderança do PMDB.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Comparecemos à tribuna na tarde de hoje, em primeiro lugar para nos somar às manifestações das mais expressivas lideranças do setor produtivo rural do Estado do Paraná, representadas pelo Presidente da FAEP, Dr. Ágide Meneghetti, pelo Dr. João Paulo P. Presidente da OCEPAR, pelo Dr. Zarantonelo, nosso amigo, Presidente da FETAEP, que ao longo desta semana, todos eles se manifestaram com muita preocupação em relação as medidas econômicas que estão sendo anunciadas pelo Governo Federal.

Todos que tivemos oportunidade, profundamente ou mesmo que superficialmente, tomar conhecimento das medidas que estão sendo propostas para esse ajuste fiscal, acreditamos, já somos possuidores também de uma preocupação muito grande, porque mais uma vez se evidencia que o setor produtivo rural será penalizado com as medidas que estão sendo anunciadas e propostas pelo Governo.

O aumento de 90% no valor cobrado hoje da CPMF, que é de 0,205 e passara para 0,38%; o aumento de 50% no COFINS, que hoje é de 2% e passará para 3%, representam de cara um acréscimo no custo da produção de um valor aproximado de 3,50%.

Isso nos causa uma preocupação muito grande, porque é nossa visão, é nosso entendimento, que no momento de dificuldade como esse que estamos vivendo, mais que obrigação de um governo seria dever e inteligência dele investir no setor produtivo rural, porque esse sim gera emprego e produção com rapidez e esse sim poderia propiciar a todos nós uma possibilidade de equilibrar a balança de pagamento do nosso país.

O setor produtivo rural que foi, sem sombra de dúvida, a âncora verde, que sustentou o Plano Real, neste momento em que se faz o ajuste econômico é de novo penalizado. Temos a expectativa de que o governo federal haverá de sensibilizar-se com as manifestações das nossas lideranças da Frente Parlamentar da Agricultura, da FREN-COP, dos nossos parlamentares paranaenses e brasileiros, que integram essa Bancada no Congresso Nacional, para que das suas sugestões possam surtir realmente apoio do Governo Federal ao setor produtivo, nesta hora, em que nós, com muita tristeza, estamos assistindo aí, mais uma vez, a

perda da safra de trigo brasileira e, sem sombra de dúvida, queremos aumentar a quantidade de trigo importado.

Estamos vendo a cada dia que passa mais perecer a cultura de algodão neste estado e neste país. Estamos vendo chegar feijão e arroz importados de outro país. Estamos tendo notícias da importação de batata para consumo interno. Ainda ontem quando fui a um supermercado, para minha alegria encontrei, mas para minha tristeza também, ponkan importada da Argentina e outros países. É triste que nós, um país com as dimensões que temos, com as condições climáticas que temos, não tenhamos da parte do governo federal e muitas vezes até do governo estadual, a necessária estabilidade para que possamos fazer do setor produtivo a âncora do progresso, a âncora da produção e a âncora maior do equilíbrio das finanças deste país.

Espero e aguardo que o governo federal ainda possa tomar medidas de apoio ao custeio agrícola, de apoio ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária, neste país.

Outro assunto que me traz à tribuna, na tarde de hoje, e pretendo, no momento oportuno também fazer o devido encaminhamento, diz respeito ao Projeto de Lei 337/98, que está para votação em redação final, e é de autoria do meu amigo, Deputado Horácio Rodrigues. Este projeto já tramitou pela Casa, teve, de certa forma, uma discussão quando tramitou na CCJ, e estávamos na reunião. Teve, posteriormente, no Plenário também alguns questionamentos, e voltaremos a falar sobre este projeto no horário do encaminhamento da votação, mas desde já, gostaríamos de colocar uma posição pessoal nossa, não discutimos isso com a nossa bancada. O Projeto de Lei nº 337/98, que está no item 5, em redação final, estabelece o seguinte: "A nomeação para provimento de cargos em comissão será de escolha do Chefe do Poder Executivo entre funcionários do grupo operacional DAF em exercício, exceto os de consultor técnico, diretor da coordenadoria da receita do Estado, delegados regionais da receita, inspetores gerais e inspetores regionais."

A nossa preocupação, ao votarmos este projeto quando ele tramitou pela CCJ, e houve manifestação da nossa parte, naquele momento, pedindo vistas ao processo. Depois, no Plenário, também fizemos este questionamento e agora o fazemos quando ele comparece em redação final, é justamente para que nós venhamos a cair no contraditório. Porque também hoje na Ordem do Dia comparece um projeto do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a instituir o plano de carreira dos servidores públicos civis, regidos pela Lei Federal 5.194/66, ou seja, instituir o plano de carreira para os engenheiros que pertençam ao quadro de funcionários do Poder

Público. No item número 5 nós estamos desregulamentando uma categoria, estamos desregulamentando um segmento importante do funcionalismo público, que é o encarregado da arrecadação e da produção das finanças, para que o Estado possa gerir a sua máquina administrativa. Neste, então, estamos desregulamentando, desorganizando aquilo que já foi organizado ao longo de uma história, ao longo de um tempo muito anterior, fruto de um trabalho muito intenso dessa categoria que é a categoria dos técnicos em arrecadação fiscal.

E do outro lado, muito meritório o projeto do Deputado Geraldo Cartário, que prevê justamente a organização de um quadro, de um plano de carreira para que os engenheiros que hoje atuam em diversos setores da administração pública do Estado do Paraná.

Por esta razão entendo e gostaria que os Senhores Deputados analisassem esta questão, que nós não deveríamos votar a Redação Final do Projeto 337/98, até como uma forma de respeito a um segmento organizado do funcionalismo público estadual e que retiremos este projeto hoje da Ordem do Dia, que aguardemos para uma análise mais aprofundada, ou se for votado, que votássemos contra essa redação final, para que não viéssemos desregulamentar um setor importante do funcionalismo público estadual, que são os servidores que atuam na Secretaria da Fazenda.

E evidentemente, para não ser contraditório, peço aos Senhores Deputados que apoiem o projeto do Deputado Geraldo Cartário, que institue a carreira para os engenheiros civis no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 488/97, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a AGROCAMPO - Associação dos Produtores Rurais de Campo, com sede e foro no Município de Campo Largo. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 158/97, de 25.09.97).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 490/97, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Abranches e Vila Diana, com sede e foro em Curitiba. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 158/97, de 25.09.97).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 036/98, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública o S.O.S Vida - Centro de Recuperação de Toxicômanos e Alcoólatras de Pato Branco. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 09, de 10.03.98).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 121/98, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Vila Rural Francisca Ferreira Borges, do Distrito de Sertãozinho, no Município de Engenheiro Beltrão. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 38, de 16.04.98).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 337/98, de autoria do Deputado Horácio Rodrigues, que altera o § 1º do art. 10 da Lei nº 7051.

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 337/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O § 1º do art. 10, da Lei nº 7501, de 04 de dezembro de 1978, passa a vigor com a seguinte redação:

“§ 1º - A nomeação para provimento de cargos em comissão será de escolha do Chefe do Poder Executivo entre funcionários do Grupo Operacional “TAF”, em exercício, exceto os de Consultor Técnico, Diretor da Coordenação da Receita do Estado - CRE, Delegados Regionais da Receita, Inspetores Gerais e Inspetores Regionais.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o disposto no § 2º do art. 1º, da Lei nº 9108, de 1989.

Sala das Comissões, em 03.11.98.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, consulto a Presidência, se não seria possível adiarmos a votação desse requeri-

mento, pelas argumentações que já fizemos da tribuna, em função de que ao votarmos este projeto estaremos, desregulamentando este segmento do Funcionalismo Público que trabalham na Secretaria da Fazenda: os técnicos de arrecadação fiscal, os fiscais da Secretaria.

Então, consulto a Presidência, se em ofício, V. Exa. não poderia retirar de votação esse projeto, enquanto pudéssemos avaliar melhor essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Infelizmente, de ofício não posso retirar o projeto, mesmo porque ele não pode ser mais alterado, porque está na fase de votação final.

A Mesa teve o cuidado de quando foi votado em 2ª Discussão, foi aprovado o requerimento de dispensa e Redação Final, a Mesa não acatou esse requerimento, embora aprovado, e deixou para que se votasse a redação final.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar)

Sr. Presidente, peço que registre o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Aprovado o Projeto nº 337/98, com voto contrário dos Deputados Orlando Pessuti, Florisvaldo Fier e Luiz Claudio Romanelli.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 059/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que acrescenta número 2, ao inciso IV, da Lei nº 11.110, de 13 de outubro de 1992, que alterou a Lei nº 8.933, instituidora do ICMS. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação a Emenda Substitutiva.

Aprovada.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 138/98, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Creche Jorge Dib Assussaf, em Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 173/98, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Civis, regidos pela Lei Federal nº 5.194/66. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 276/98, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que declara de Utilidade Pública a Associação Comercial e Industrial de Maringá - ACMI, com sede e foro naquele município. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 291/98, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública Estadual a Pastoral da Criança, organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 294/98, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública a Associação Metodista de Apoio aos Trabalhadores Rurais - Projeto Bóia Fria, com sede e foro na Cidade de Santo Antonio da Platina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 360/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Distrito de Vila Guay, com sede e foro no Município de Ibaiti. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 362/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores Rurais da Região de Ibaiti, com foro e sede no Município de Ibaiti. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 375/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação Municipal de Artistas e Técnicos em Espetáculos, com sede e foro no Município de Paranaguá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 384/98, de autoria do Tribunal de Justiça, e dá nova redação ao Artigo 30, e ao inciso II do Artigo 207, da Lei nº

7.297, de 08 de janeiro de 1980, alterados pela Lei nº 9.210, de 23 de janeiro de 1990. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 038/98, que aprova crédito suplementar no valor de R\$5.474.086,00 (cinco milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, oitenta e seis reais), e ajuste de obras no valor de R\$7.934.086,00 (sete milhões, novecentos e trinta e quatro mil e oitenta e seis reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 123, de 14.09.98 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 364/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar crédito suplementar no valor de R\$5.474.086,00, e ajuste de obras no valor de R\$7.934.086,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti)

A Presidência desta Casa pede que comunique a presença, em nome do Deputado Accorsi, do Prefeito Municipal de Loanda, Senhor Mário Matarezzi, do vice-Prefeito de Loanda, Doutor Hugo Accorsi e do Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Loanda, Doutor Agenor Duarte.

Em nome da Mesa, sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1743, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1744, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1752, de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1753, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1751, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela Ordem)

Senhor Presidente, retiro este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Requerimento nº 1749, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Retirado pelo autor.

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela Ordem)

Sr. Presidente, retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Requerimento nº 1748, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.**

Requerimento nº 1750, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1746, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Rejeitado.**

Requerimento nº 1714, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. FLORISVALDO FIER (Para encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É um pedido de informação ao Secretário da Fazenda, Sr. Giovanni Gionédis, na qual solicito cópia de um acordo que foi divulgado pela imprensa, assinado entre o Governo do Estado e a Presidência do Tribunal de Justiça visando a recomposição salarial dos magistrados paranaenses. Pedi o montante das despesas que causa esse acordo, em função de a própria imprensa já ter divulgado que os juízes já receberam esse dinheiro. Vou ler a justificativa sobre esse acordo:

“O referido acordo versa sobre uma suposta perda salarial que a magistratura teria tido quando da conversação dos vencimentos do funcionalismo público em URV, definida em abril de 1994, pela Medida Provisória 457/94.

Todavia, no Paraná a dita perda salarial foi compensada por um acréscimo salarial previsto no artigo 2º da Lei 10.738/94. Na época, a magistratura esta vinculada à política de remuneração do funcionalismo, e também foi beneficiada pelo ajuste.

Destaca-se que somente após a Lei 11.170 de agosto de 1995, é que os vencimentos dos juízes estaduais ficaram vinculados aos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Contudo, com o congelamento de salários imposto pelo governo federal, os tribunais, bus-

cando alternativas par melhorar os salários de seus integrantes, lançaram mão da referida “perda salarial” de 11,98% decorrente da conversão salarial em URV.

Em 11 de março deste ano o STF, julgando ADIN 1801-7/PE, declarou inconstitucional a resolução do Tribunal de Justiça de Pernambuco que determinou um acréscimo de 11,98% nos vencimentos dos magistrados daquele estado, a título de compensação de perdas pela conversão da URV.

Em infração semelhante incorre o acordo feito entre o Judiciário paranaense e Governo do Estado, pois ao beneficiar a magistratura com uma reposição salarial com base em fato retroativo, o poder público provocou um aumento de despesas não autorizado por lei.

Ademais, a dita diferença objeto do acordo supra citado já foi reposta pela Lei 10.738/94, conforme visto acima.

Por fim, causa maior estranheza o fato de o Governo do Estado conceder à magistratura aumento indevido e de forma ilegal, que certamente implicará em vultuosa despesa ao cofre público, uma vez que é retroativo a agosto de 1995, ao mesmo tempo em que prega corte de gastos e austeridade aos demais segmentos da administração pública.

Sala das Sessões, em 28.10.98

FLORISVALDO FIER

Deputado Estadual - PT”

Por isso esse requerimento para que essa Casa tome conhecimento se, esse acordo houve, quando ocorreu e qual é o teor dele. Porque o que foi divulgado é que seria pago em trinta vezes ou vinte e cinco. Com cinco vezes pago antes de outubro e agora se sentaria na mesa de negociação para que se fizesse o pagamento posterior. Se isso for verdade e está no acordo compromete, inclusive, a imparcialidade do Tribunal Regional Eleitoral, uma vez que estava, dependendo da eleição ou reeleição do Governador para dar continuidade ao acordo.

Caso seja derrotado o meu pedido, a lisura do Tribunal de Justiça e a lisura do Poder Executivo e que mande esclarecimentos para essa Casa para não ficar suspeita, caso isso seja derrotado.

Por isso que peço aos Srs. Parlamentares a aprovação deste requerimento, que é um dever desta Casa tomar conhecimento destes fatos para saber se é verdade, e se for verdade, esse ato administrativo de recomposição salarial pela URV é inconstitucional, pois já foi julgado pelo Supremo Tribunal de Justiça.

Então, é assim, Srs. Deputados, é que peço o apoio e o voto, nesse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Em votação o requerimento.

Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Rejeitado.

O SR. ROSINHA (Pela Ordem)

Sr. Presidente, requiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. (Oito Deputados).

Os Srs. Deputados que não aprovam o requerimento queiram levantar-se.

Vinte e três Senhores Deputados rejeitam o requerimento.

Rejeitado.

Requerimento nº 1732, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para encaminhar)

Esse requerimento, Senhor Presidente, é um pedido de informações ao Secretário da Fazenda, o Senhor Giovanni Gionédís, porque como é uma lei de Vossa Excelência, que autoriza o Poder Executivo a promover o incentivo, a atração de indústria para o desenvolvimento do Estado do Paraná, dando incentivos fiscais. Temos algumas notícias que algumas empresas da Cidade Industrial de Curitiba estão procedendo demissão de trabalhadores, empresas essas que receberam algum tipo de incentivo fiscal por parte do Estado.

Então, na nossa ótica, só tem uma única justificativa que pode fazer com que o Estado abra mão de alguns impostos, da dilação de prazos, de juros, de multas, a respeito de impostos devidos pelos contribuintes, pelas empresas jurídicas ou pessoas físicas com uma única condição: esta condição nos faz curvar a aceitar esse tipo de procedimento, que é a geração de empregos, que acho que é o norte, que é o objetivo central do projeto do Deputado Anibal Khury.

No entanto, o que está acontecendo na Cidade Industrial de Curitiba, nos parece que fere frontalmente o espírito da lei aprovada aqui, de autoria do Deputado Anibal Khury, que é o incentivo fiscal mediante estes critérios.

A Indústria de Caminhões Volvo acaba de demitir 70 funcionários e nos parece que tem incentivo fiscal na ordem de 400 milhões de reais.

Então, se uma empresa chega ao Estado, ao Governo e se compromete a gerar riqueza, a gerar investimentos, a gerar empregos e obtém um certo

privilegio do ponto de vista dos prazos da multa, enfim, da contribuicao dos seus impostos, a contrapartida que a sociedade exige, e a geracao de empregos. Entao, para que nao paire nenhuma duvida, estamos ja repensando esse requerimento, que e um pedido de informacoes: quais as empresas da Cidade Industrial e de que forma estao obtendo esse incentivo fiscal?

Porque, se as empresas estiverem demitindo com incentivo fiscal, acho que, nos parece que o Governo do Estado deveria rever os incentivos, porque nao esta gerando emprego. Pelo contrario, esta tirando emprego, pegando dinheiro dos contribuintes do Estado do Parana, para promover demissao de funcionarios, de trabalhadores da Cidade Industrial de Curitiba. Nos parece algo profundamente irregular e que nao atende o espirito da lei aprovado no ano de 92, aqui na Assembleia Legislativa, lei do Deputado Anibal Khury.

Peço aos Deputados que aprovem esse requerimento que e um pedido de informacoes, do que diz respeito ao procedimento dos incentivos fiscais, sobretudo, as empresas da Região Metropolitana aqui de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Em votacao.

Eu, como co-autor desta lei, pediria ao Deputado Vanhoni que acrescentasse a Curitiba e Região Metropolitana, todo o territorio paranaense.

Pediria permissao ao Deputado. O requerimento sera aprovado ou rejeitado, incluindo "todo o territorio paranaense".

Aprovado.

Requerimento nº 1736, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante de expediente de sessao anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1701, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, com apoioamento dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, José Maria Ferreira, Péricles Mello e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessao anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. RICARDO CHAB (Para encaminhar)

Presidente, só para colocar que o Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo, me disse que traz as informacoes que solicito no requerimento, na proxima semana.

Quero colocar que e uma preocupação que temos que ter, porque são 600 pessoas lesadas que compraram carros novos pelo Leasing BANESTADO e que agora estao tendo seus carros apreendidos. Alguém enganou estas 600 pessoas. Este e o objetivo do meu requerimento.

Entao, tendo em vista que o Líder Valdir Rossoni me garante as informacoes na proxima semana, retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Retirado o requerimento.

Requerimento nº 1686, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente de sessao anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem)

Peço a palavra.

Em virtude do Líder do Governo já ter trazido os documentos que solicitei, retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Retirado o requerimento.

Requerimentos nºs 1754 a 1756, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1747, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Em discussao.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Adia-se a discussao para a proxima sessao, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1688, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, com apoioamento dos Senhores Deputados Irineu Colombo, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Garcia e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessao anterior. **Rejeitado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Tenho todas as informacoes a serem prestadas ao Deputado Carlos Simões e requeiro ao Deputado Simões, que nao está presente, ou se Vossa Excelencia puder retirar esse requerimento da Ordem do Dia, porque temos todas as informacoes a serem prestadas. Nao há necessidade de aprovar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

O requerimento e do Deputado Carlos Simões.

O SR. NEIVO BERARDIN

Pela Ordem, Senhor Presidente.

Ontem, o Deputado Carlos Simões estava ausente do Plenário, pediu-me quando estava pre-

sidindo a sessão, que retirasse o requerimento, devendo à sua ausência.

Como ele está ausente mais uma vez, poderíamos adiá-lo mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

É melhor votar.

Os Senhores Deputados que rejeitam o requerimento, conservem-se como estão.

Rejeitado.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

É importante, Senhor Presidente, que fique registrado que temos todas as informações a prestar ao Deputado Carlos Simões.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Justamente por isso. Só o autor pode retirar.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 05, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 348, 361, 367 e 395/98.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 059 e 173/98.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/98.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 693/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 356, 363, 370 e 379/98.

Levanta-se a sessão.

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA ATA DA 89ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 1998

(quinta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados César Seleme e Cleiton Kielse.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida.

Aprovada.

O DR. ROSINHA (**Pela Ordem**)

Solicito verificação de votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

A mesa pede ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal)

Responderam a chamada nominal 16 Srs. Deputados.

Não há quórum para votação e nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 348, 361, 367 e 395/98.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 059 e 173/98.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/98.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 693/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 356, 363, 370 e 379/98.

Levanta-se a sessão.